manchete

Página 1

19-06-2012

Periodicidade: Diária
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 0

Temática: Política
Dimensão: 185
Imagem: N/Cor
Página (s): 7

Código do Trabalho

Especialista defende que a nova lei é inconstitucional

» *Henrique Cunha*

Havia razões suficientes para o Presidente da República enviar as alterações ao Código do Trabalho para o Tribunal Constitucional (TC), defende Júlio Gomes, professor de Direito do Trabalho da Universidade Católica.

"Estou profundamente convicto de que existem inconstitucionalidades, mas também estou persuadido que o Tribunal Constitucional não as encontraria", afirma Júlio Gomes, em entrevista à **Renascença**.

O especialista em Direito do Trabalho considera que os juízes do Palácio Ratton, por razões políticas, acabariam por não valorizar as violações à Lei Fundamental.

"Sendo composto como é, uma vez que são os dois partidos dominantes que, na prática, decidem a composição de boa parte do Tribunal Constitucional, julgo que o passado tem demonstrado que o Tribunal Constitucional, praticamente, não é capaz, com algumas excepções, de vislumbrar inconstitucionalidades, a meu ver, mesmo quando elas são grosseiras", explica.

Sendo assim, Júlio Gomes considera que, ao promulgar as alterações ao Código do Trabalho, o Presidente da República "poupou-nos a todos um episódio desnecessário", do envio do documento para o TC.

Na opinião deste especialista, várias alterações aprovadas violam a Constituição, por exemplo, no que diz respeito ao despedimento por inadaptação e à negociação colectiva.

PCP e BE admitem pedir fiscalização

O PCP e o Bloco de Esquerda (BE) admitem pedir ao Tribunal Constitucional que fiscalize sucessivamente as alterações ao Código do Trabalho que o Presidente da República promulgou.

Nas primeiras reacções à notícia, os partidos mais à esquerda dizem que o diploma é inconstitucional e que, por isso, deve ser travado.

Também a CGTP desafiou os partidos a solicitarem a fiscalização sucessiva: "Vamos pedir de imediato reuniões a todos os grupos parlamentares para lhes apresentar as inconstitucionalidades que detectámos no diploma e vamos apelar para que tomem a iniciativa de solicitar a fiscalização deste diploma ao Tribunal Constitucional", afirmou o secretário-geral da CGTP, Arménio Carlos.

Mexer na lei não resolve "problemas de fundo"

A promulgação do código laboral pelo Presidente da República já era esperada, mas o país precisa é de reformas que resolvam os problemas de fundo, defende a coordenadora nacional da Liga Operária Católica (LOC).

"Isto são problemas muito mais de fundo, muito mais estruturais, do que esta nova reforma do código do trabalho contém podem resolver a situação", afirma Fátima Almeida, em declarações à **Renascença**.

A LOC defende a necessidade de um "programa imediato" para resolver as questões que atingem o mercado de trabalho, mas que também tenha uma perspectiva de médio e longo prazo.

Fátima Almeida mostra-se apreensiva com a situação a que Portugal com os actuais níveis históricos de desemprego.